

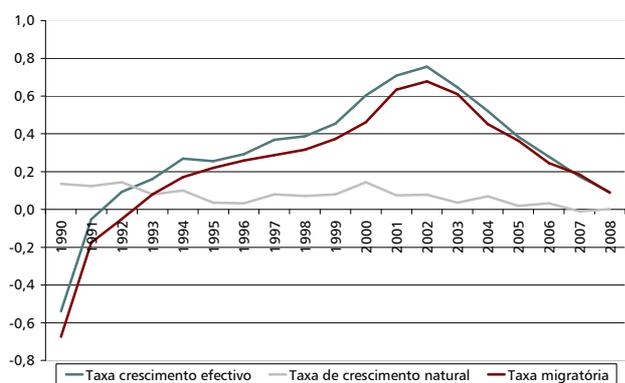
## Anuário Estatístico de Portugal 2008 (Ano de Edição 2009)

O Instituto Nacional de Estatística divulga a sua principal publicação de referência, o Anuário Estatístico de Portugal. O **ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE PORTUGAL 2008** está dividido em quatro grandes capítulos – O Território, As Pessoas, A Actividade Económica e O Estado – e vinte e oito sub-capítulos com tabelas de dados. A publicação inclui ainda uma breve análise com a evolução dos principais indicadores face a 2007 e comparações de Portugal com a União Europeia.

### Enquadramento populacional

Em 2008 manteve-se a tendência de desaceleração da taxa de crescimento efectivo da população. A população residente em Portugal estimava-se em 10 627 250 indivíduos, mais 9 675 do que em 2007, traduzindo um crescimento de 0,09%. O crescimento da população residente é fortemente determinado pelo comportamento do saldo migratório e este tem vindo a desacelerar de forma sistemática desde 2003. A importância relativa do saldo migratório torna-se perceptível tomando a média das taxas de crescimento da população entre 1990 e 2008, que se situou em 0,31%, e comparando-a com as suas componentes, a média das taxas de crescimento natural, na ordem de 0,07%, e a média das taxas migratórias, de cerca de 0,24% (Gráfico 1).

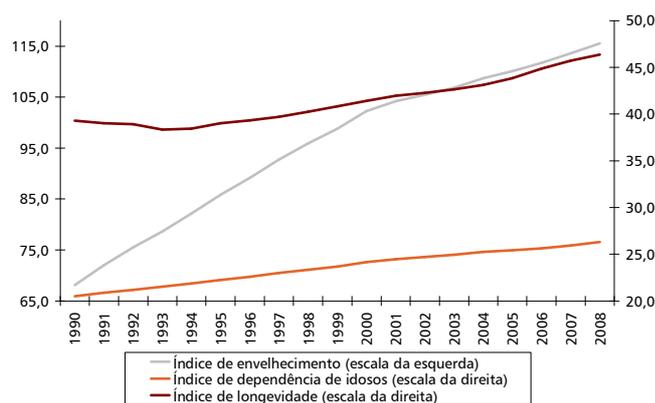
Gráfico 1 – Dinâmica de crescimento da população



O saldo natural regressou a um valor positivo, ainda que marginal, pelo que a forte quebra no saldo migratório para cerca de metade face ao ano anterior explica totalmente a redução da taxa de crescimento da população ocorrida em 2008.

O peso da população idosa mantém a tendência crescente, em consequência das tendências de diminuição da fecundidade e de aumento da longevidade. Desde 1990 que a proporção de indivíduos com idade inferior a 24 anos apresenta uma tendência de sistemática redução. Entre 1990 e 2008, a componente da população com menos de 24 anos perdeu cerca de 10 pontos percentuais do seu peso na estrutura, situando-se em 26,6% em 2008 (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Efeitos na estrutura etária



A taxa de fecundidade geral apresentou um crescimento de 1 p.p. face a 2007, contrariando a trajetória

ria que se verificava desde 2000. Para estas tendências observadas nos últimos anos têm contribuído as mudanças de comportamentos sociais, evidenciados por um conjunto de indicadores. Por um lado, e tendo como referência o início da década anterior, o número de casamentos tende a diminuir, com especial incidência a partir de 2000, representando em 2008 cerca de 2/3 dos casamentos celebrados naquele ano. Por outro lado, o número de divórcios tomou uma evolução contrária, duplicando entre 1990 e 2000. Neste período os divórcios registaram uma taxa média de crescimento anual de 8,1%, embora entre 2000 e 2008 a taxa tenha sido mais moderada, de 4,1%, mantendo-se o abrandamento entre 2007 e 2008 (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Taxas de nupcialidade e de divórcio

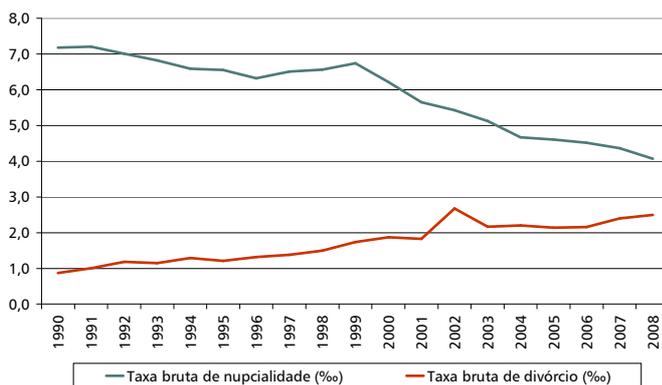
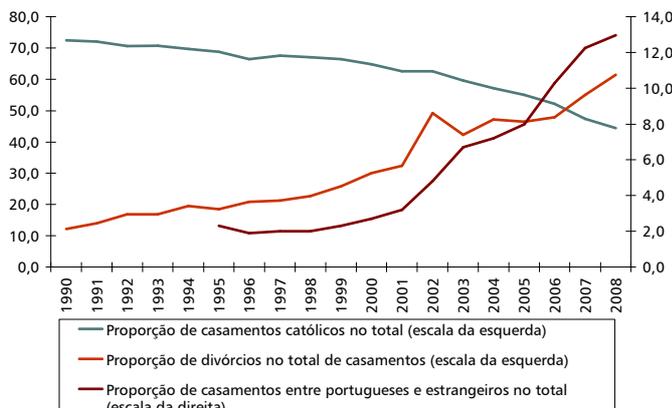


Gráfico 4 – Casamentos e Divórcios

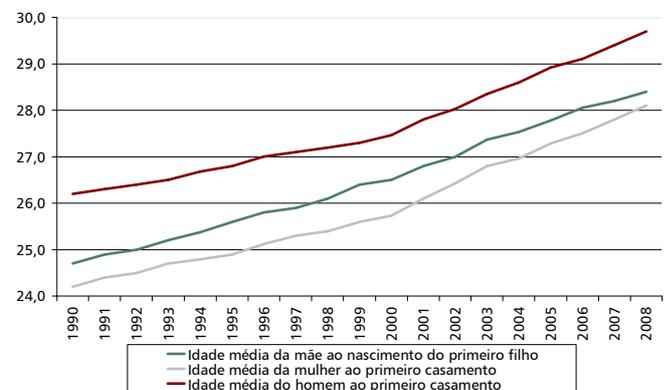


O número de casamentos católicos celebrados tem acompanhado, e até com evoluções mais intensas, a tendência dos casamentos celebrados. Desde 2007 que a proporção de casamentos católicos face ao total de

casamentos celebrados cai para menos de metade do total dos casamentos, atingindo este rácio 44,4% em 2008. Contrariamente, a proporção de casamentos entre estrangeiros e portugueses foi aumentando, situando-se em 13% em 2008, mais do quántuplo do que se verificava em 1995 (Gráfico 4).

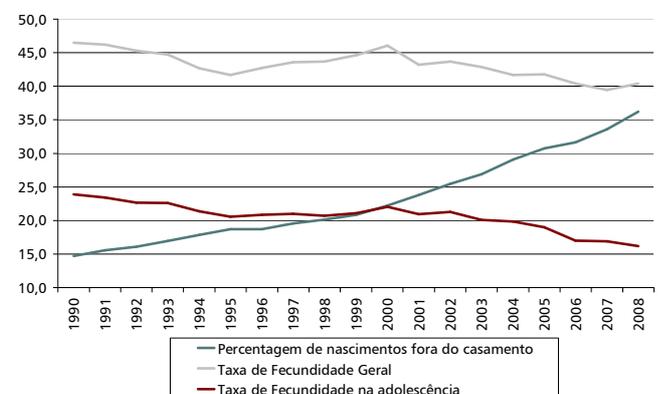
A média das idades quer das mulheres quer dos homens à data do primeiro casamento, e também a média da idade das mulheres ao nascimento do primeiro filho mantiveram a tendência de aumento (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Indicadores de nupcialidade e de natalidade



O número de nascimentos fora do casamento também aumentou, representando 36,2% do total em 2008, mais 2,6 p.p. do que no ano precedente. Manteve-se em 2008 a tendência de diminuição da taxa de fecundidade na adolescência, contrariamente ao que ocorreu com a taxa de fecundidade geral (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Indicadores de natalidade



## Enquadramento socioeconómico

### População activa, emprego e desemprego

Em 2008 a taxa de actividade continuou a aumentar (Gráfico 7), inserindo-se este aumento numa tendência para a qual têm contribuído principalmente o aumento da população feminina no mercado de trabalho, possivelmente o adiamento da entrada na reforma e a dinâmica dos fluxos migratórios (Gráfico 8).

Gráfico 7 – Taxas de actividade

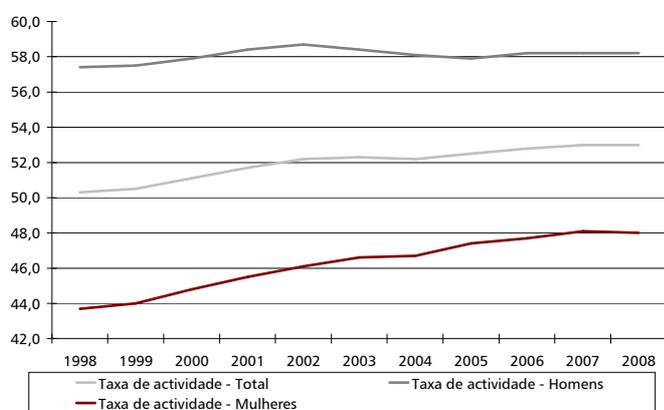
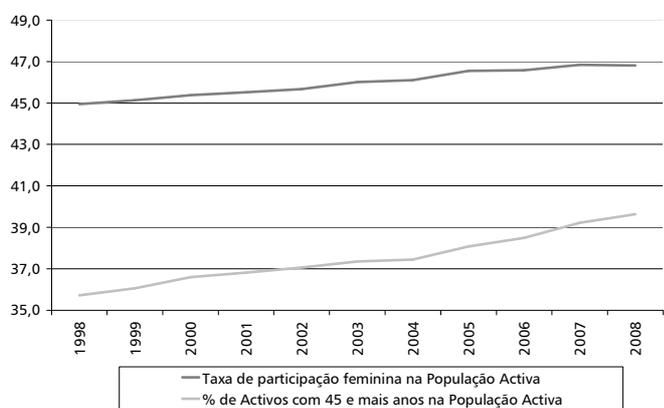


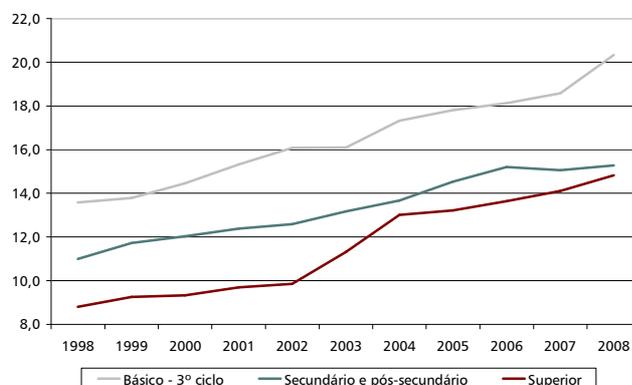
Gráfico 8 – Indicadores de composição da População Activa



A esta tendência de aumento, perceptível ao longo de toda a década iniciada em 1998, correspondeu igualmente um incremento na qualificação da força de trabalho, a avaliar pelo grau de escolaridade: entre 1998 e 2008, a um aumento da população activa total na ordem de 529 mil indivíduos correspondeu um aumento de cerca de 685 mil indivíduos tendo pelo menos o ensino secundário concluído, sendo de notar

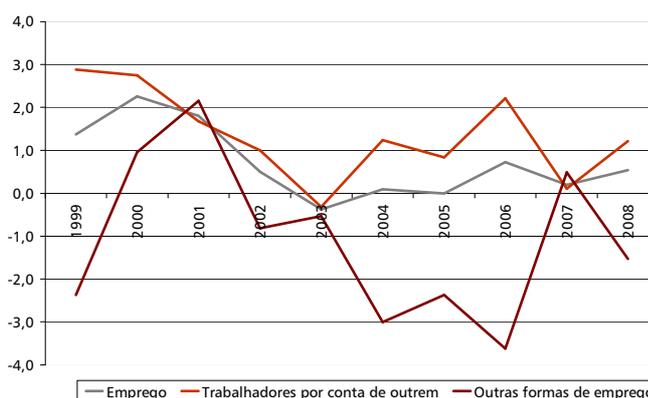
que esta relação se intensificou entre 2004 e 2008 (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Níveis de escolaridade completa da População Activa



No entanto, a proporção de activos com nível de escolaridade correspondente ao ensino superior continuou relativamente baixa, situando-se em 14,8% em 2008. Em termos de emprego, nesse ano a proporção de empregados com curso superior foi de 17,4% em Portugal, o que compara com a proporção de 27,3% que se verificou na UE(27); porém, a tendência é convergente, uma vez que as proporções em 2005 foram de 15,9% e de 26,1%, para Portugal e a UE(27), respectivamente, e que em 2000 se situavam em 11,8% e em 23,6%, pela mesma ordem.

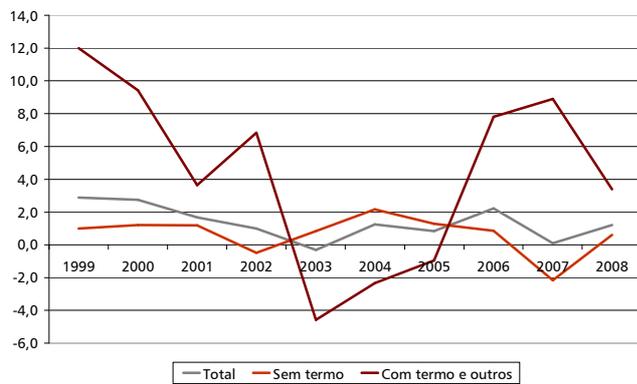
Gráfico 10 – Taxas de variação anual (%) do emprego



O emprego aumentou cerca de 0,5% em 2008, o que representa um ritmo superior ao observado no ano anterior. Este aumento foi sobretudo determinado pela variação do emprego assalariado (mais 47,5 mil indivíduos), embora o emprego por conta própria

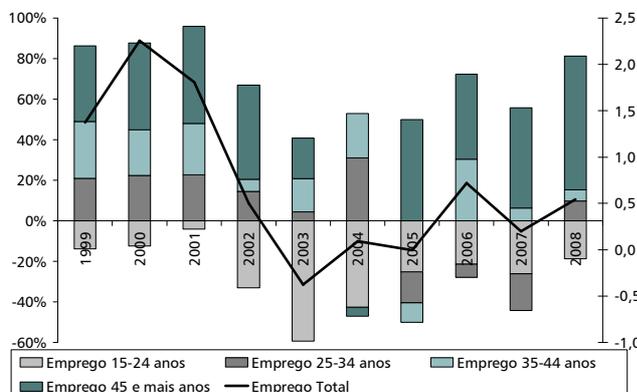
também tenha aumentado (mais 10,8 mil indivíduos). Por seu turno, o aumento do emprego assalariado tomou principalmente a forma de contratos de trabalho com termo (mais 42,6 mil), sendo as restantes contribuições provenientes de contratos sem termo (mais 17,9 mil) e de outras situações contratuais (menos 13,0 mil) (Gráficos 10 e 11).

Gráfico 11 – Taxas de variação anual (%) do emprego por conta de outrem segundo o tipo de contrato



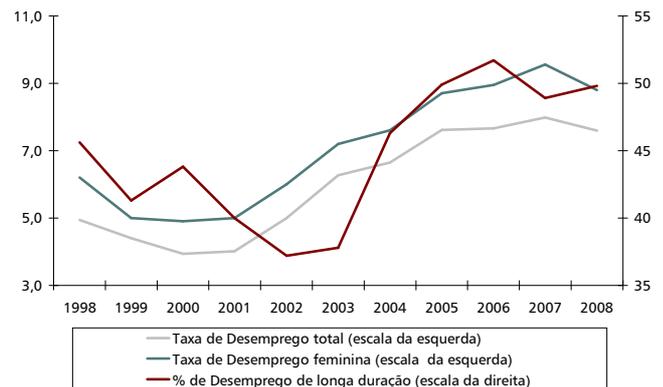
Considerando um período mais longo, observa-se que desde 1998 houve um aumento de 320 mil indivíduos na população empregada, 82% do qual até 2002. Esta última proporção reflecte o significativo aumento observado em 2008, representando cerca de 9,6% do emprego criado até 2007. Para o período mais longo, o aumento do emprego concentrou-se também nas faixas etárias mais elevadas (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Contribuições (%) do emprego por faixas etárias para a taxa de variação anual do emprego total



O aumento do emprego, conjugado com a diminuição da população desempregada, determinou uma redução da taxa de desemprego, que se situou em 7,6%, representando uma melhoria de 0,4 p.p. face ao resultado de 2007. Esta diminuição traduziu-se especialmente no alívio de algumas categorias, as mulheres (cujas taxa de desemprego passou para 8,8%, representando uma diminuição de cerca de 0,7 p.p. face à taxa de 2007) e os activos entre 25 e 34 anos (cujas taxa de desemprego se situou em 8,7%, traduzindo uma redução da taxa de desemprego de 1 p.p.). A categoria com mais elevada taxa de desemprego, correspondente à faixa etária entre 15 e 24 anos, teve uma redução marginal, mantendo-se a taxa de desemprego na casa de 16,5%.

Gráfico 13 – Desemprego feminino e de longa duração



No desemprego de longa duração verificou-se uma ténue diminuição, pelo que a proporção correspondente também diminuiu, passando para 48,9% do total, quando em 2007 e em 2006 se situara em 51,7% (Gráfico 13). Ainda assim, este tipo de desemprego é actualmente relativamente mais elevado em Portugal do que na média europeia. Em proporção da população activa e para 2008, o desemprego de longa duração representava em Portugal cerca de 3,7%, o que compara com a taxa de 2,6% referente à UE(27), e traduz uma inversão relativamente ao que se verificava no início da década (1,7% e 4%, para Portugal e a UE(27), respectivamente).

Gráfico 14 – Taxa de desemprego em Portugal, na UE25 e na UE15

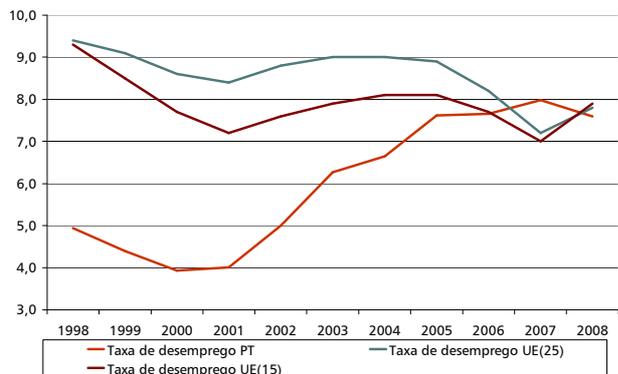
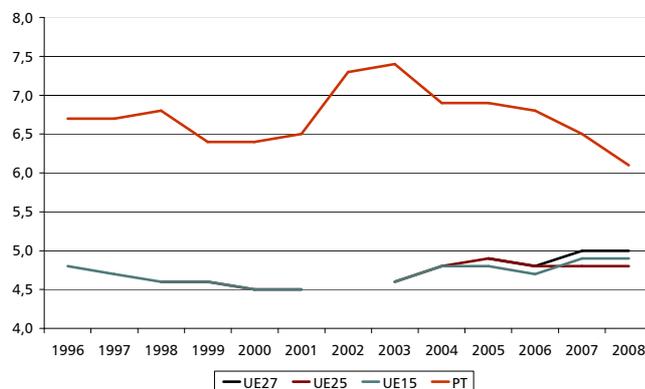


Gráfico 15 – Desigualdade na distribuição de rendimentos (S80/S20)



### Rendimento e condições de vida das famílias

A informação disponível aponta para uma ligeira atenuação da desigualdade na distribuição do rendimento, mantendo-se esta relativamente elevada face à média europeia, e apesar de à escala europeia se ter verificado algum retrocesso neste campo, nos últimos anos. Por outro lado, manteve-se a tendência para a generalização da utilização das TIC pelos agregados familiares.

Tomando os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, estima-se que em 2008 o rendimento monetário líquido equivalente de 20% da população com maior rendimento tenha sido 6,1 vezes superior ao rendimento de 20% da população com menor rendimento. Este valor traduz uma melhoria face aos resultados referentes a 2007, 2006 e 2005, que se situaram em 6,5, 6,8 e em 6,9, respectivamente. No entanto, o indicador continua a reflectir uma situação de maior desigualdade relativamente à média europeia, mesmo que em menor grau do que nos dois anos precedentes. Com efeito, na UE(27) este indicador tomou o valor de 5 em 2008 e em 2007, o que representou algum agravamento face aos resultados de 2006 e de 2005, que se situaram em 4,8 e em 4,9, respectivamente. A comparação da situação portuguesa com a da área do euro fornece o mesmo tipo de resultados, ou seja, maior grau de desigualdade na distribuição de rendimento e atenuação dessa disparidade em 2007 e em 2008 (Gráfico 15).

Segundo os dados do mesmo inquérito, estima-se que em 2008 o risco de pobreza, avaliado pela proporção de população com rendimento monetário líquido equivalente abaixo de 60% do rendimento mediano, se situava em 18% (Gráfico 16), um valor idêntico aos dos dois anos precedentes, o que denota uma ténue melhoria face ao resultado de 2005. Sublinhe-se a importância das transferências sociais em sentido estrito, sem as quais a taxa de risco se situaria em 25% (24% em 2007 e 26% em 2005).

Comparando com a UE(25), o risco de pobreza é mais elevado em Portugal, o que se deve sobretudo ao efeito das transferências sociais, que na média europeia têm um impacto relativamente mais benéfico. Com efeito, sem tais transferências o risco de pobreza na UE(25) em 2008 seria de 25%, passando para 16% com a sua inclusão (em 2005, sem e com transferências foram de 26% e de 18%, respectivamente). O risco de pobreza continua a apresentar diferenças de acordo com o género (não muito significativas), a idade dos indivíduos (muito acentuadas nos idosos), a composição do agregado familiar (penalizando os agregados mais numerosos e as famílias com um adulto e crianças), a condição perante o trabalho (penalizando o emprego por conta própria) e a intensidade laboral dos membros não dependentes do agregado.

Gráfico 16 – Taxa de risco de pobreza

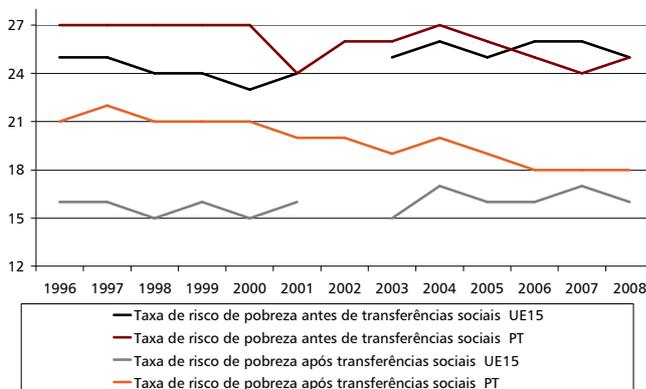
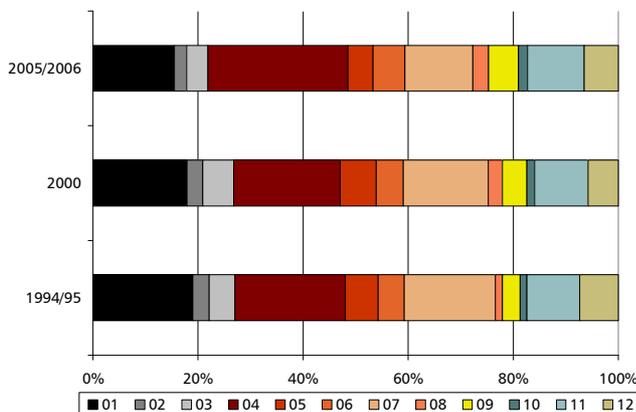


Gráfico 17 – Estrutura da despesa total anual média dos agregados por divisão da COICOP



Legenda

- 01 - Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas
- 02 - Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos/estupefacientes
- 03 - Vestuário e calçado
- 04 - Habitação; água, electricidade, gás e outros combustíveis
- 05 - Móveis, artigos de decorações, equipamento domésticos e despesas correntes de manutenção da habitação
- 06 - Saúde
- 07 - Transportes
- 08 - Comunicações
- 09 - Lazer, distração e cultura
- 10 - Ensino
- 11 - Hotéis, restaurantes, cafés e similares
- 12 - Outros bens e serviços

Comparando os resultados dos inquéritos às despesas das famílias realizados em 1994-95, 2000 e 2005-06, constata-se um aumento relativo das despesas com a habitação, com a saúde e com a cultura e lazer, em detrimento das despesas em alimentação e bebidas e em transportes, nomeadamente (Gráfico 17).

Manteve-se em 2008 a tendência para a difusão junto das famílias das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), a avaliar pelo conjunto de indica-

dores disponíveis, os quais apresentam aumentos significativos face ao observado em 2007, inserindo-se em tendências claras de crescimento. Nesse ano quase 50% dos agregados familiares possuíam computador, o que compara com as proporções de 42,5% e de 26,8% referentes a 2005 e a 2002, respectivamente. A *internet* podia ser acedida por 46% dos agregados, e mais de 39% podia fazê-lo através da banda larga, quando em 2005 os correspondentes valores eram de cerca de 32% e de 20%, e em 2003 rondavam 22% e 8%. Além disso, verifica-se uma substituição da utilização do telefone fixo (70% dos agregados possuíam telefone fixo em 2008 contra 75,1% em 2004) por telemóvel (87% em 2008 contra 79% em 2004).

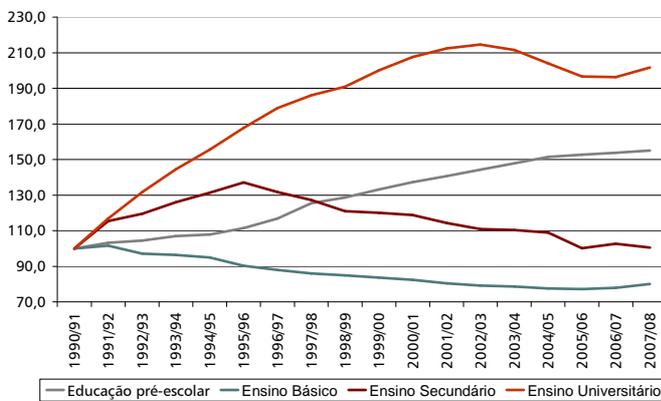
## Educação

A evolução da estrutura escolar ao longo das duas últimas décadas foi determinada por factores que se desenvolveram em momentos diferenciados e tendo impactos de intensidade e durabilidade diferentes: a Lei de Bases do Sistema Educativo em 1986, a tendência de diminuição da taxa natural da população, o esforço de extensão do ensino pré-escolar e o reforço do ensino superior, a expansão do ensino privado, o desenvolvimento das TIC e o esforço da sua aplicação ao sistema de ensino.

A Lei de Bases do Sistema Educativo, publicada em 1986, que regulamentou a escolaridade básica obrigatória de nove anos, potenciou um aumento da população escolar nos anos seguintes. Este movimento foi contrariado, no entanto, pelos efeitos mais duradouros da tendência de diminuição da taxa de crescimento natural da população. O impacto desta diminuição só poderá ser compensado pelo aumento consistente do saldo migratório que incorpore uma dinâmica geracional, aumentando a população em idade escolar. Assim, a partir de 1992/1993 desenvolveu-se uma tendência de diminuição da população escolar do ensino básico, iniciada na população do 1º ciclo e alastrando-se aos restantes ciclos (o movimento de descida no 3º ciclo iniciou-se em 1995/1996). Apenas nos dois anos mais recentes, em 2006/2007 e em 2007/2008 se verificaram movimentos contrários. No

ensino secundário, a tendência decrescente começou em 1996/1997. Como resultado, entre 1990/1991 e 2000/2001 a população no básico diminuiu cerca de 18%, voltando a diminuir entre a última data e 2007/2008 cerca de 3%. No secundário deu-se um aumento de 19%, na primeira década, seguindo-se uma diminuição em 2007/2008 face a 2000/2001 de 15,5%, tal que o efeito final foi aproximadamente de estabilização da população (Gráfico 18).

Gráfico 18 – Índices de população escolar por tipo de ensino  
(1990/1991 = 100)



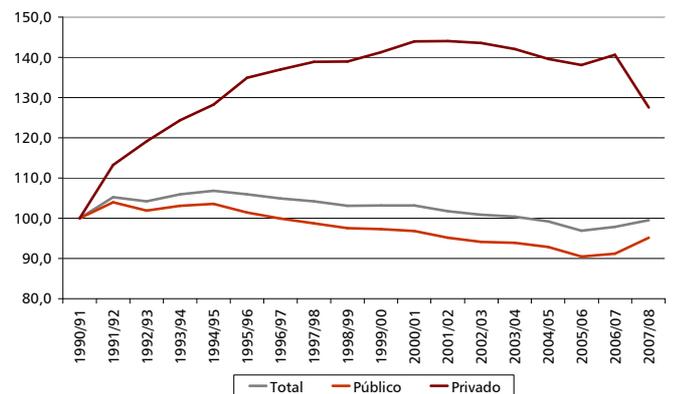
A informação estatística sobre a aplicação das TIC no ensino é ainda muito escassa, seja em termos de dimensão temporal seja de variáveis abrangidas. Assinale-se, todavia, o caso do rácio “número médio de alunos por computador” no ensino básico, e dizendo respeito apenas ao Continente, que no ano lectivo 2007/2008 foi de 7,9, quando em 2006/2007 se situara em 9,5. No secundário, o mesmo indicador foi de 5,9 no ano lectivo 2007/2008, o que compara com o valor de 6,9 referente ao ano lectivo precedente.

A expansão do ensino pré-escolar, não obrigatório, foi muito significativa. Em 1990/1991 a educação pré-escolar abrangia cerca de metade das crianças com idades entre os três e os cinco anos, enquanto em 2007/2008 cobria aproximadamente 80% do mesmo estrato populacional. Para esta variação global contribuiu decisivamente a expansão da rede de educação pré-escolar pública, que a partir de 2000/2001 ultrapassou em número de alunos matriculados o ensino

privado. Em 2007/2008 a quota do ensino público em termos de alunos inscritos foi de 53,3%, quando em 1990/1991 se situava em 43,7%.

Refira-se ainda a importância crescente, em termos relativos, do ensino privado em todos os níveis do ensino básico e no ensino secundário, tendo os respectivos pesos, em número de matrículas, registado tendências de aumento desde 1990/1991. Ao invés, no ensino pré-escolar, a tendência foi de clara diminuição, momentaneamente interrompida em 2006/2007, mas logo retomada no ano lectivo mais recente. No ensino universitário, o peso do ensino privado aumentou até ao final da primeira metade da década de 90, declinando em seguida, para se situar abaixo do que verificara em 1990/1991 (Gráfico 19).

Gráfico 19 – Índices de população escolar segundo a natureza institucional dos estabelecimentos de ensino (1990/1991 = 100)



No ensino superior manteve-se a tendência crescente da taxa de escolarização, que no último ano (2008/2009) foi de 29,7%, contra 15,1% no início da série (ano lectivo 1994/1995). Porém, apesar de o número de alunos matriculados entre os anos lectivos de 1990/1991 e 2008/2009 ter quase duplicado, observa-se um máximo em 2002/2003 e uma estabilização relativa a partir de 2005/2006.

Analisando o desempenho dos alunos do ensino universitário entre 2000/01 e 2007/08, verifica-se que aumentou o número de diplomados, seja em termos absolutos (61,1 mil contra 84 mil) seja relativamente ao número de inscritos (15,8% contra 22,3%). Por outro lado, refira-se a alteração das preferências mani-

festadas, de um período para o outro. Sublinhem-se as diminuições nas proporções de diplomados nas áreas de Formação de Professores/Formadores, de Ciências da Educação, de Ciências Empresariais e de Direito. Em contrapartida, os principais aumentos verificaram-se nas áreas de Engenharia e Técnicas Afins e da Saúde e Serviços Sociais (Gráfico 20). A variação da estrutura das vagas acompanhou em termos gerais a da estrutura de diplomados (Gráfico 21).

Gráfico 20 – Diplomados por área de estudo

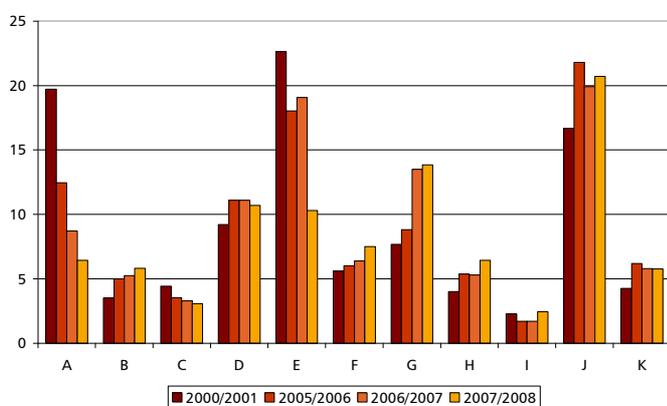
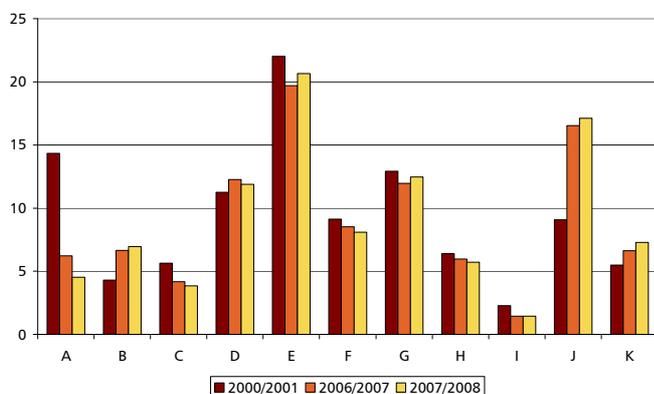


Gráfico 21 – Vagas por área de estudo



Legenda

- A – Formação de Professores/formadores e Ciências da Educação
- B – Artes
- C – Humanidades
- D – C. Sociais e do comportamento, Informação e jornalismo
- E – Ciências Empresariais, Direito
- F – Ciências da Vida, Física, Matemática e Estatística, Informática
- G – Engenharias e Afins, Indústria Transformadora
- H – Arquitectura e Construção
- I – Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterinária
- J – Saúde, Serviços Sociais
- K – Serviços

## Saúde

A informação mais recente, em parte referente a 2007, aponta para a manutenção de tendências detectadas

anteriormente: aumento dos recursos humanos no sector, diminuição genérica da capacidade da oferta instalada, mas com aumentos em segmentos mais especializados e maior intensidade de aproveitamento dos recursos disponíveis.

Analisando a componente de recursos humanos disponíveis, verifica-se uma melhoria contínua do rácio número de médicos por mil habitantes, que foi de 3,7 em 2008, quando no início da década se situava em 3,2. A mesma tendência, e até mais intensa, se detecta no rácio número de enfermeiros por mil habitantes, que alcançou o valor de 5,3 no mesmo ano (este rácio tinha o valor de 3,7 em 2000). O número de especialidades detidas pelos médicos continuou a aumentar, embora a um ritmo um pouco inferior ao crescimento do número de médicos, que se manteve em 2,7%. Em 2008 havia cerca de 17 especialistas por cada 10 médicos não especialistas, traduzindo uma ténue mas contínua diminuição deste rácio desde o início da década (Gráfico 22).

Relativamente à capacidade de internamento, o número de camas nos hospitais (lotação praticada) era de 36178 em 2007 (36563 em 2006), o que representa uma diminuição de 2730 face ao existente em 2000, tendo ocorrido também diminuições nos centros de saúde (menos 218 e menos 743 relativamente a 2006 e a 2000, respectivamente). Por outro lado, aumentou para 812 o número de salas de operações nos hospitais (mais 31 e mais 86, face a 2006 e a 2000, respectivamente) (Gráfico 23).

Gráfico 22 – Índices de médicos segundo a categoria

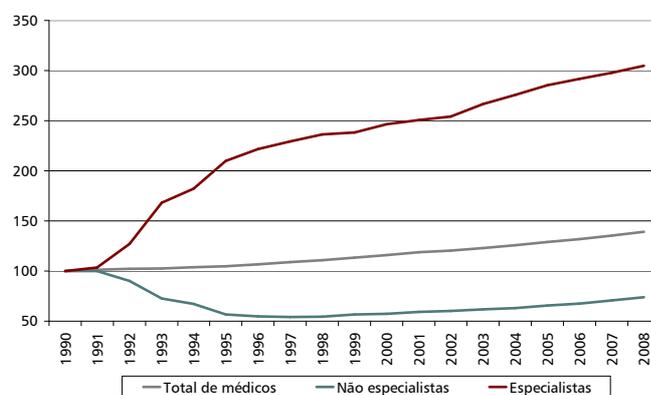
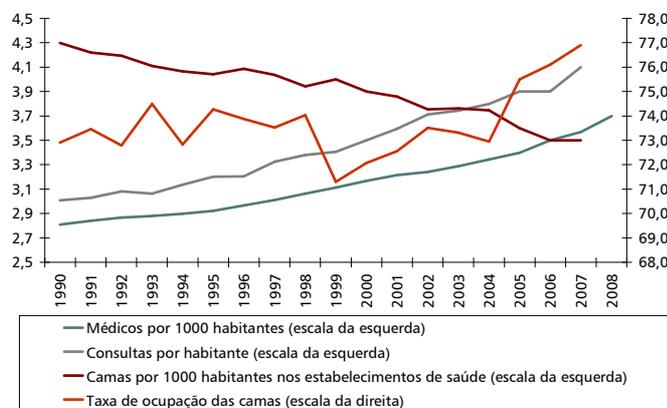


Gráfico 23 – Indicadores de capacidade e de utilização do serviço de saúde



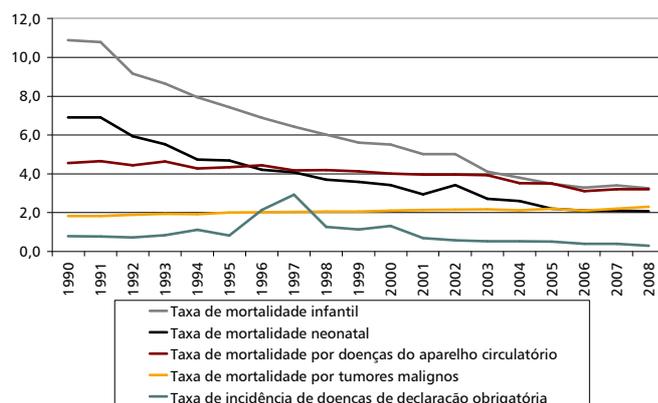
No que se refere aos serviços prestados, verifica-se uma tendência geral para o seu aumento, a avaliar pelos indicadores disponíveis. Em 2007 reforçou-se a tendência de aumento do número de grandes e médias intervenções cirúrgicas, que fora interrompida em 2005, tendo-se registado um acréscimo de cerca de 115 intervenções/dia face ao registado em 2006. Por outro lado, o número de consultas externas nos hospitais manteve-se em aumento, tendo apresentado um crescimento anual de 6,2%, claramente acima do observado em 2006. Um comportamento semelhante observa-se nas consultas nos centros de saúde, que aceleraram em 2007, após o crescimento moderado entre 2002 e 2006. O número total de consultas nos hospitais e nos centros de saúde por habitante voltou a aumentar em 2007, situando-se em 4,1, claramente acima resultado obtido para 2000, que foi de 3,5.

Quanto aos indicadores de saúde relacionados com a mortalidade (Gráfico 24), realça-se a nítida descida da taxa de mortalidade infantil ao longo do período 1990-2006. Este indicador voltou a atingir em 2008 o valor mínimo de 3,3 óbitos por mil nados vivos, que já se verificara em 2006, e contrariando o ligeiro aumento verificado em 2007. Quanto às principais causas de morte em Portugal em 2008, do total de mortes ocorridas, 32,3% foram provocadas por doenças do aparelho circulatório e 22,9% por tumores malignos. Todavia, verificam-se comportamentos diferenciados nestas causas, sendo evidente o sentido descendente da proporção de mortes por doenças do aparelho circulatório

Anuário Estatístico de Portugal 2008 – Edição 2009

nas duas últimas décadas, a que corresponde uma diminuição do número de mortes em termos absolutos, ao contrário do que se verifica tanto na proporção como no número de mortes por tumores malignos. As taxas de mortalidade correspondentes apresentam tendências consentâneas, situando-se em torno de 3,2 e de 2,3 óbitos por mil habitantes, respectivamente.

Gráfico 24 – Indicadores relacionados com a mortalidade



## Actividade Económica

### Empresas

Na estrutura empresarial a área de serviços é predominante, quer se tome em conta o número de empresas, o número de pessoas ao serviço ou o volume de negócios. Em 2007, 79,6% das empresas concentravam-se neste sector, abarcando 63,9% do número de pessoas ao serviço e gerando 62,2% do volume de negócios total. Intra-área, o sector do comércio é predominante seja qual for a medida considerada (a sua importância relativa é superior a 20,0% do total das actividades consideradas e a pelo menos 34,0% do total dos serviços). Segue-se o sector de actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, e com uma importância crescente. Com efeito, este sector apresentou no período de 2004 a 2007 taxas de crescimento superiores à média para os três indicadores considerados. As indústrias transformadoras continuam a ter um papel de relevo, dado o peso de mais de 23,4% e de 21,4% no total do volume de negócios e do emprego, respectivamente (Gráfico 25).

A estrutura produtiva continua determinada pela importância relativa das pequenas e médias empresas (Gráfico 26). Em termos gerais, a dimensão média das empresas em 2007 era de 3,5 pessoas ao serviço, o que corresponde aproximadamente à média de 2004 a 2007. Refira-se que neste período a proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço no total das empresas foi sempre superior a 95,0%, não se esboçando qualquer movimento no sentido da diminuição. No entanto, diminuiu a proporção de emprego assalariado criado por este tipo de empresas durante o período de 2002 a 2007, mesmo que tenha continuado relativamente elevado (cerca de 31% nesse período, o que compara com a percentagem de 42% referente ao período de 1995 a 2000).

Gráfico 25 – Estrutura empresarial em 2007

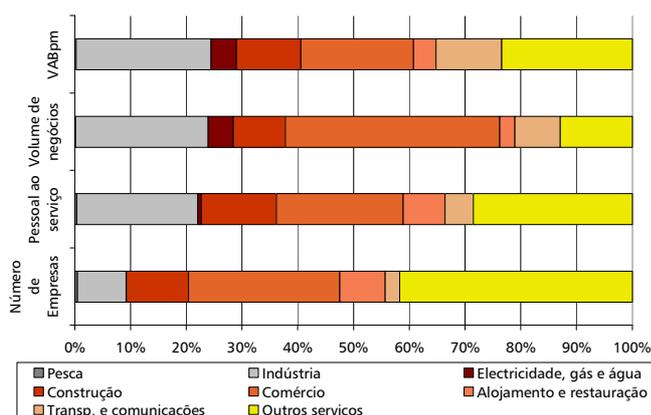
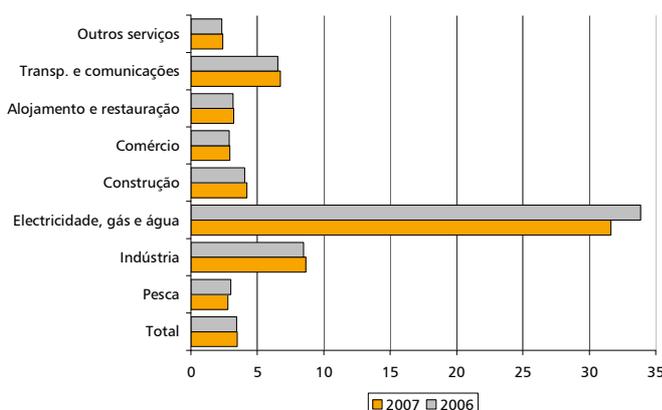


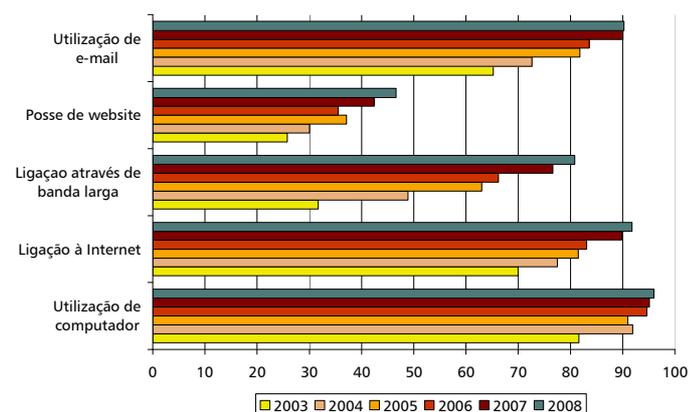
Gráfico 26 – Dimensão média por pessoal ao serviço



No que se refere à utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação, confirma-se a tendência para a sua difusão generalizada. De acordo com o Inquérito às empresas sobre esta temática, a proporção

de empresas dispoendo de computadores em 2007 era de 96%, o que representa cerca de mais 1 p.p. do que no ano precedente. Por outro lado, à volta de 92% dispunha de acesso à *internet*, sendo que 88% do total poderia aceder através de banda larga (ganhos de 2 p.p. e de 2,7 p.p., respectivamente, face a 2006) (Gráfico 27).

Gráfico 27 – Utilização de TIC (% de empresas)



Em 2003 os três indicadores referidos apresentaram valores em torno de 82%, 70% e 32%, respectivamente. Outro elemento a destacar é a proporção de empresas dispoendo de *websites* próprios, que em 2007 era de cerca de 47%, o que compara com a percentagem de 25,8% referente a 2003. O comércio electrónico encontra-se também em expansão, sendo reportado que 20% das empresas já receberam encomendas electronicamente, sendo da mesma ordem de grandeza a proporção das que já efectuaram encomendas por esta via.

### Comércio Internacional

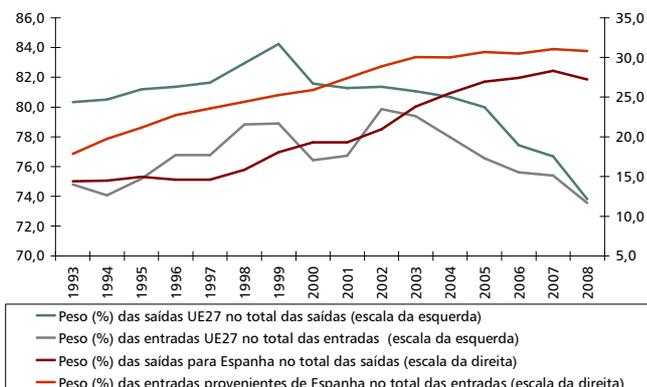
Em 2008 o grau de abertura da economia portuguesa, medido pelo rácio entre o valor da soma das exportações e das importações de bens e o valor do PIB, a preços correntes, foi de 59,6%, evidenciando uma tendência de aumento desde 2004 e alcançando o nível mais elevado desde 1995 (o rácio seria na ordem de 73,8% caso se considerasse o valor dos bens e dos serviços). A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 62%, o que representa uma diminuição de cerca de 2 p.p. relativamente à taxa do ano

anterior e contraria as melhorias registadas em 2007 e em 2006 (seria de 77,5%, caso se incluísse também o valor das transacções de serviços e teria registado uma diminuição de 3,8 p.p. face a 2007).

A maior parte das trocas comerciais com o exterior são efectuadas com os parceiros da União Europeia (UE27), mas tem-se registado uma tendência para uma maior diversificação. Nas saídas, a importância da UE27 foi na ordem de 73,8% em 2008, mas o movimento é claramente descendente desde 1999, ano em que a importância era de 84,2%. Nas entradas a tendência é semelhante, embora se tenha iniciado um pouco mais tarde, passando de 79,9%, em 2002, para 73,5%, em 2008. Pelo contrário, nas trocas com o principal parceiro comercial, a Espanha, verifica-se uma tendência clara para um aumento das trocas, muito embora em 2008 tenha havido um recuo. Nas saídas, o peso passou de cerca de 19% em 2000 para se situar em torno de 27% em 2008. Nas entradas, a tendência de aumento tem sido mais lenta, após o impulso registado nos primeiros anos da corrente década. O seu peso no total das entradas situava-se em 2008 em cerca de 31%, o que representa mais 4 p.p do que em 2000 (Gráfico 28). Em qualquer dos fluxos, no início da década de 90 a importância relativa das trocas com Espanha andava em torno de 15% do total.

Os três mais importantes mercados de destino continuaram a ser Espanha, Alemanha e França, que representaram 51,8% do valor total da saída de bens. Considerando, adicionalmente, Angola, Reino Unido, Itália, E.U.A. e os Países Baixos, o conjunto destes oito parceiros concentrou 73,8% do valor total da saída de bens em 2008. Assinale-se ainda que Angola se tornou o quarto maior mercado de destino, tendo sido o único entre os principais para o qual se registou um crescimento do valor das exportações.

Gráfico 28 – Indicadores de Comércio Internacional (%)



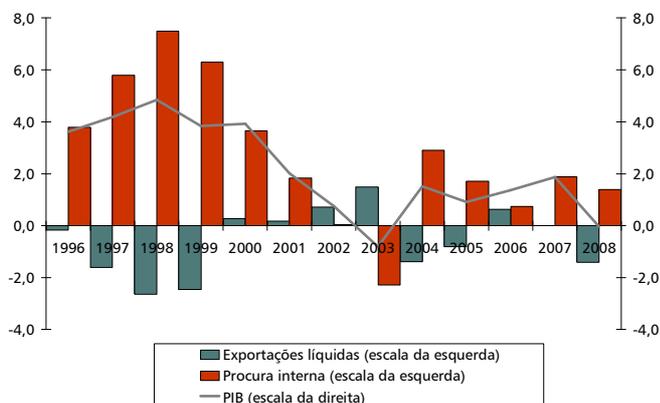
A estrutura do comércio por classificação económica manteve-se relativamente estável em 2008. Os bens intermédios representaram cerca de 34,0% das exportações, seguindo-se os bens de consumo, com 27,5%. O material de transporte diminuiu um pouco de importância, situando-se em 17%, e as máquinas e outros bens de capital estabilizaram em 15,8%. Quanto às importações, os bens intermédios representaram cerca de 27%, um pouco menos do que em 2007, e os bens de consumo pesaram 25,6%. A estrutura dos outros tipos de bens foi relativamente mais uniforme, sendo, porém, de destacar o aumento em 3 p.p. dos combustíveis e lubrificantes para 16,5% (em grande parte por troca dos bens intermédios e de outros bens não especificados).

### Contas Nacionais

Em 2008, o PIB registou uma variação nula, após ter crescido 1,9% no ano precedente. Este abrandamento foi sobretudo resultante da contribuição negativa da procura externa em termos líquidos, quando tinha sido nula em 2007, mas também da contribuição positiva de menor intensidade da procura externa. As importações de bens e serviços abrandaram mas as exportações registaram uma desaceleração mais pronunciada, verificando-se mesmo uma evolução negativa desta variável. A variação nula do PIB em 2008 corresponde à segunda taxa de variação mais baixa do período iniciado em 1995. Este intervalo temporal pode ser separado entre o período de 1995 a 2000, com taxas de crescimento relativamente elevadas (taxa média de 4,1%), e o período de 2000 a 2008, de

moderado crescimento médio (taxa de 1,0%), que inclui a quebra de 2003 (Gráfico 29).

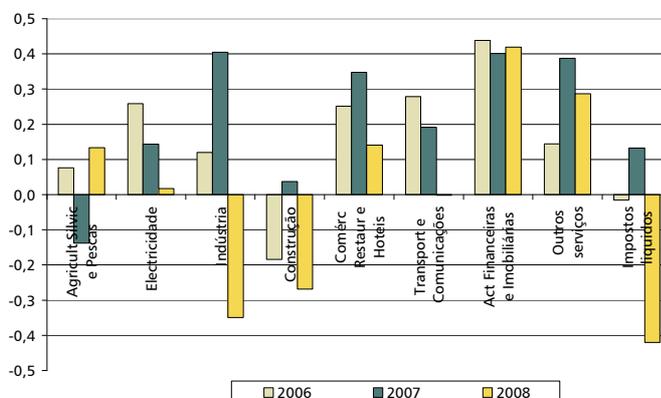
Gráfico 29 – Contributos da despesa (p.p) para o crescimento em volume do PIBpm (%)



Do lado da oferta, registou-se um arrefecimento na generalidade dos ramos produtivos (Gráfico 30). As únicas excepções encontram-se nas actividades financeiras, imobiliárias, de alugueres e de serviços prestados às empresas, que manteve aproximadamente o mesmo ritmo de crescimento, e na agricultura, caça, silvicultura e pesca. Os ramos com evoluções mais desfavoráveis foram a indústria e a construção, nos quais se registaram taxas de variação negativas do VAB.

Embora a separação entre períodos de crescimento forte e moderado seja perceptível na generalidade dos ramos de produção, é também nítido que o sector dos serviços tem apresentado um crescimento médio superior aos da indústria e da agricultura. Por outro lado, verificou-se um aumento do preço relativo dos serviços, o que poderá estar relacionado com uma elasticidade-rendimento relativamente mais elevada dos produtos de serviços combinada com uma menor sujeição à concorrência externa destes ramos de produção. Os efeitos volume e preço, daí resultantes, traduziram-se num aumento da importância relativa dos serviços, em detrimento da indústria e da agricultura.

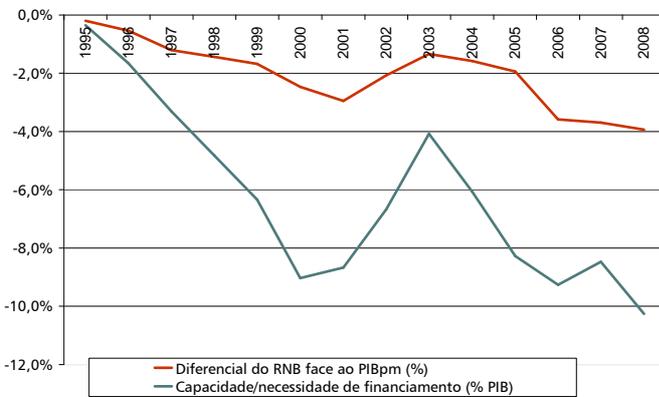
Gráfico 30 – Contributos da oferta (p.p) para o crescimento em volume do PIBpm (%)



A necessidade líquida de financiamento (equivalente ao saldo global das balanças corrente e de capital) foi acompanhando a evolução do PIB, embora se deva destacar o seu comportamento no final do período: agravou-se sucessivamente no período de maior crescimento do PIB, tendo atingido 9,0% do PIB em 2000, atenuou-se com a desaceleração económica e iniciou novo agravamento em 2006, quando a actividade começou a recuperar. Nesse ano, quando o PIB cresceu 1,4%, a necessidade de financiamento já representava 9,3% do PIB. Em 2007 verificou-se um desagrevamento devido à diminuição do défice da balança de bens e serviços, propiciada pela melhoria de termos de troca então registada. Porém, em 2008 a necessidade de financiamento voltou a agravar-se, atingindo 10,3% do PIB. Este agravamento esteve associado ao aumento em 2,1 p.p. do défice da balança de bens e serviços, por seu turno, reflectindo a deterioração dos termos de troca devido ao crescimento dos preços do petróleo e seus derivados.

Os défices sistemáticos das balanças corrente e de capital foram agravando a Posição de Investimento Internacional (valor do stock de activos líquidos sobre o exterior) e impondo uma deterioração da balança de rendimentos primários (diferença entre os rendimentos recebidos e pagos ao exterior). Em 2008 o valor negativo deste saldo representava já 4,2% do PIB, impondo uma diferença do mesmo montante para o Rendimento Nacional Bruto (RNB) (Gráfico 31).

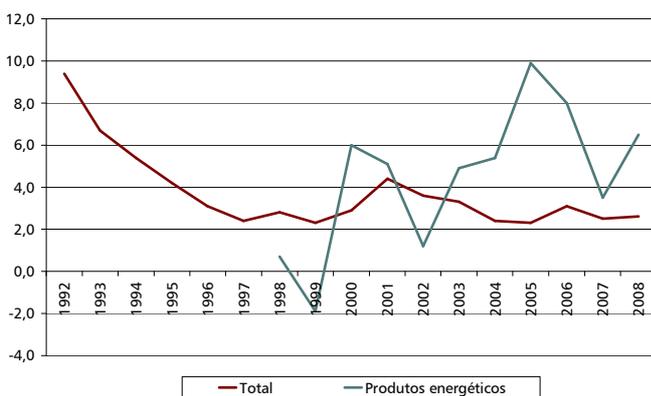
Gráfico 31 – Diferencial entre RNB e PIBpm e % da Necessidade de financiamento no PIBpm



## Preços

A taxa de variação do índice de preços no consumidor (IPC) foi de 2,6% em 2008, o que representa uma pequena aceleração de 0,1 p.p. face ao registado no ano precedente. Esta evolução desenvolveu-se num contexto de uma aceleração dos preços dos bens importados, sobretudo devido ao comportamento dos preços do petróleo e seus derivados (Gráfico 32), temporalmente localizada do primeiro ao terceiro trimestres de 2008, e de uma redução da taxa normal do IVA em 1 p.p. em Julho do mesmo ano.

Gráfico 32 – Taxas de crescimento anual (%) do IPC total e do IPC dos produtos energéticos



Assim, intra-anualmente, o IPC registou taxas de variação homóloga na vizinhança de 3,0% nos três primeiros trimestres e de 1,5% no quarto trimestre.

Em termos de grandes componentes do IPC, verificaram-se pequenas acelerações tanto no caso dos servi-

ços, na ordem de 0,1 p.p., como no caso dos bens, de 0,2 p.p., passando as variações anuais para 3,0% e para 2,4%, respectivamente (Gráfico 33).

Gráfico 33 – Taxas de crescimento anual (%) do IPC total, do IPC de bens e do IPC de serviços

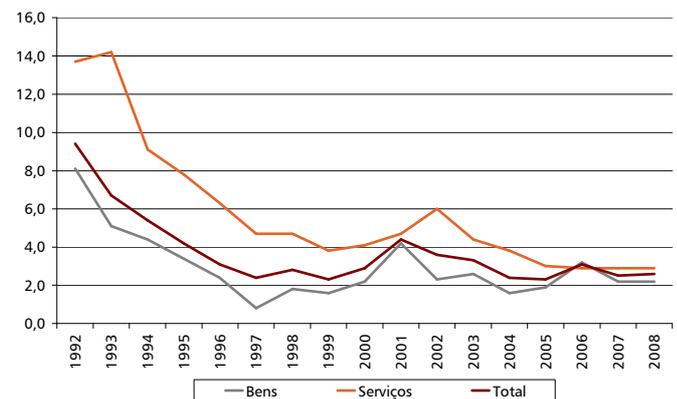
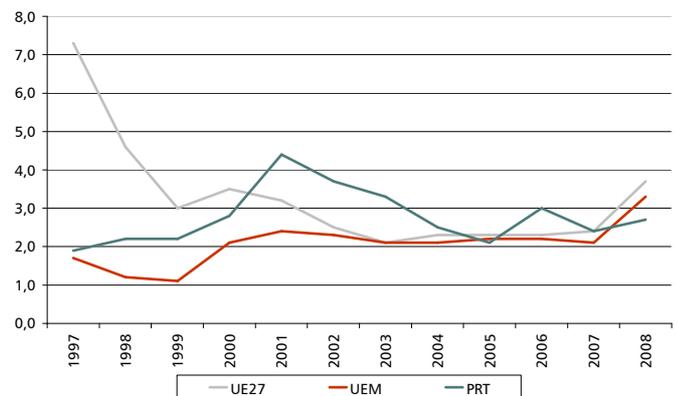


Gráfico 34 – Taxas de inflação anual (%) na UE27, na UEM e em Portugal (IHPC)



A aceleração dos preços no consumidor em 2008 manifestou-se igualmente no Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), cuja taxa de crescimento médio anual se situou em 2,7%, mais 0,3 p.p. do que em 2007. No entanto, e ao contrário do que se verificara nos dois anos anteriores, a variação anual do IHPC foi inferior tanto à correspondente da zona do Euro, que se situou em 3,3%, como à da União Europeia (UE27), que foi de 3,7% (Gráfico 34).

## Administrações Públicas

Em 2008 a necessidade líquida de financiamento das Administrações Públicas correspondeu a 2,8% do PIB,

o que representou um ligeiro agravamento, de 0,1 p.p., relativamente ao registado no ano precedente. Esta evolução reflectiu simultaneamente um aumento das receitas totais em 0,1 p.p. e um aumento das despesas totais em 0,2 p.p. (Gráfico 35).

Gráfico 35 – Receitas, despesas e Necessidade de financiamento das Administrações Públicas (% do PIBpm)

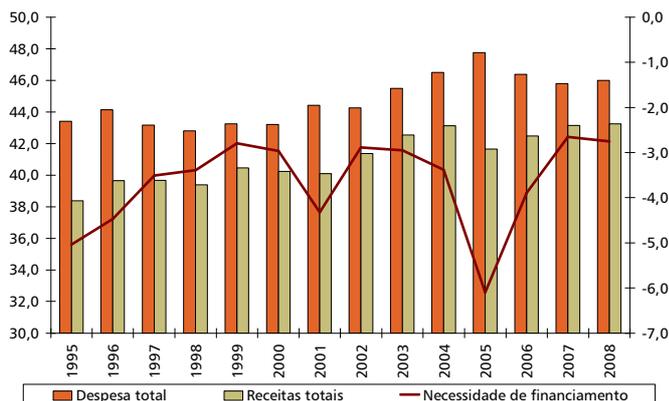
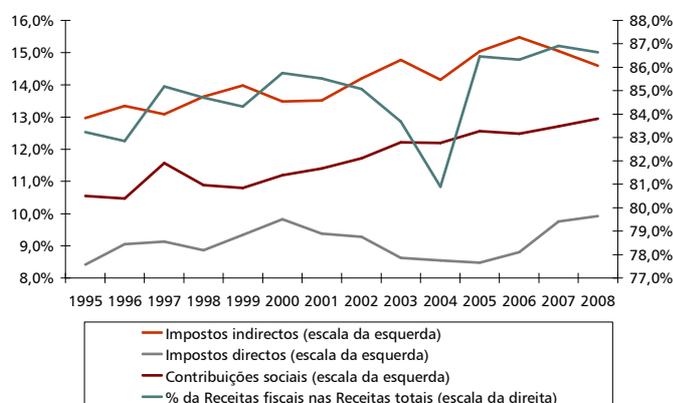


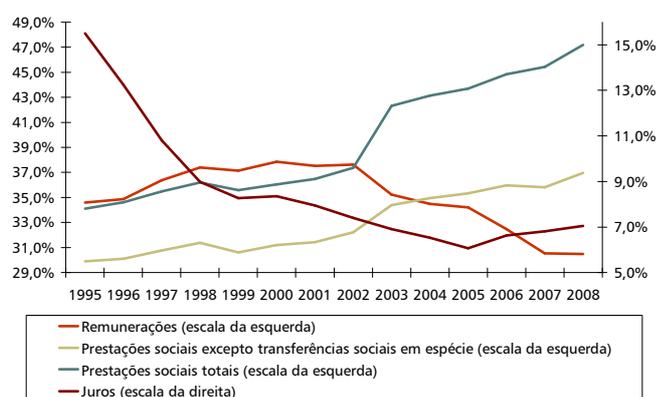
Gráfico 36 – Carga fiscal (% do PIBpm) por tipo de receita fiscal e peso das receitas fiscais no total de receitas



O aumento das receitas esteve principalmente ligado ao crescimento das receitas de capital, designadamente às receitas de concessões (hídricas e rodoviárias) deduzidas do pagamento correspondente à assunção do défice tarifário da REN (Rede Eléctrica Nacional). As receitas correntes diminuíram 1,8 p.p., destacando-se nestas a ténue diminuição da carga fiscal. Esta diminuição contrariou a tendência que se verifica desde 1996, e que já tivera interrupções em 1998, 2001 e 2004 (Gráfico 36).

O referido aumento das despesas totais, que contrariou as evoluções nos dois anos anteriores, resultou principalmente dos aumentos verificados nas prestações excepto transferências sociais em espécie e nas prestações sociais em espécie, na ordem de 0,5 p.p. e de 0,3 p.p., respectivamente. O primeiro caso decorre de uma tendência longa, associada ao envelhecimento e à longevidade da população, enquanto o segundo está relacionado com a transformação de seis hospitais do Serviço Público Administrativo em hospitais EPE (Entidades Públicas Empresariais). Esta mesma alteração teve implicações em outras rubricas, nomeadamente na diminuição das despesas com pessoal e na aquisição de bens e serviços. No seu conjunto, a despesa corrente primária aumentou 0,9 p.p., atingindo 39,3% do PIB. O peso dos juros de dívida pública aumentou pelo terceiro ano consecutivo, de 0,1 p.p. em 2008, representando cerca de 3% do PIB. A dívida pública manteve-se na trajectória ascendente iniciada em 2001, e apenas interrompida em 2007, situando-se em 66,3% do PIB, o que representou um agravamento de 2,7 p.p. relativamente a 2007.

Gráfico 37 – Peso das remunerações, dos juros e das prestações sociais na despesa corrente total



Anuário Estatístico de Portugal 2008.

Informação disponível até 30 de Setembro, 2009